MONUMENTUM

TJDFT – Primeira Vice-Presidência – SEGD – SERAMI - Ano III, nº 22, Fevereiro de 2013

Circunscrição Judiciária de Brazlândia

Ao lado, primeira sede do Fórum de Brazlândia. Abaixo, o Desembargador Lúcio Batista Arantes inaugura o Cartório em Brazlândia, em 22/12/1975.

A criação da cidade de Brazlândia, ocorrida em 5 de junho de 1933, antecede a do Distrito Federal. Com a inauguração de Brasília, Brazlândia foi anexada como cidade-satélite da nova Capital, possuindo, à época da inauguração de Brasília, aproximadamente mil habitantes. Hoje esse número já chega a 54 mil habitantes.

O TJDFT acompanhou esse crescimento populacional e iniciou, na década de setenta, um processo de descentralização do acesso à Justiça. Assim como ocorreu em outras cidades do DF e retratado em edições anteriores de *Monumentum*, foi construído um Fórum em Brazlândia, localizado na Área Especial n. 4, rua 10, lote 4, Setor Tradicional, o qual contava com uma área de 2.781,40 m². Sua inauguração ocorreu em 3/3/1976, tendo sido realizada pelo Desembargador Lúcio Batista Arantes, então Presidente do TJDFT.

O Fórum funcionou integrando a Circunscrição Judiciária de Brasília. Essa situação se modificou por meio da Lei nº 6.750, de 10 dezembro de 1979, a qual criou a Circunscrição Judiciária de Brazlândia, inicialmente composta por uma vara com competência geral, conforme seu Art. 20, inciso V.

Como a população de Brazlândia continuou a aumentar significativamente, era necessária a ampliação da quantidade de Ofícios Judiciais naquela cidade. Assim, o TJDFT se empenhou no aumento do número de Varas Judiciais e atualmente conta com quatro Varas instaladas naquela Circunscrição assim distribuídas: 1ª Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões de Brazlândia; 2ª Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões de Brazlândia; Vara Criminal e Tri-

Expediente

Presidente: Des. João de Assis Mariosi
1º Vice-Presidente: Des. Sérgio Bittencourt
2º Vice- Presidente: Des. Lecir Manoel da Luz
Corregedor: Des. Dácio Vieira
Secretaria de Gestão Documental
Serviço de Apoio à Memória Institucional
Diagramação: Diego Morosino - ACS, Clarismar Gomes
Redação: Clarismar Gomes, Otacílio Guedes.
Fotos: Arquivo TJDFT, ACS, Livro TJDFT - 50 anos

bunal do Júri de Brazlândia; e Vara do Juizado Especial Cível e Criminal e do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher. Existe, ainda, previsão para instalação de duas outras Varas.

O TJDFT, além de promover a ampliação na oferta de Ofícios Judiciais, também se atentou a necessidade de se providenciar melhoras nas instalações físicas daquele Fórum, o que resultou em sua ampliação e reinauguração, em 5/4/2006, pelo então Presidente do TJDFT, Desembargador José Jeronymo Bezerra de Souza. Depois disso, o Fórum passou a contar com uma área de 6.014m².

Mantendo a tradição de homenagear aqueles que constribuíram para o exercício da Justiça no DF e nos Territórios, o Tribunal Pleno decidiu, em 24/2/2006, dar ao Fórum de Brazlândia o nome do Desembargador Márcio Ribeiro.

Fórum Desembargador Márcio Ribeiro, após reinauguração e ampliação.

A força de trabalho do Fórum Márcio Ribeiro é composta atualmente por um total de 98 magistrados e servidores que exercem suas atividades naquele espaço, atendendo o jurisdicionado da Circunscrição Judiciária de Brazlândia e contribuindo para o cumprimento da missão institucional desta Corte de Justiça.

Desembargador Márcio Ribeiro

O Desembargador Márcio Ribeiro nasceu no dia 25/1/1910, na cidade de Lavras – MG. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais em 1932. Na Justiça de Minas Gerais, iniciou suas atividades na magistratura, ocupando o cargo de Juiz de Direito nas Comarcas de Tupaciguara, Bonfim, Uberlândia e Ouro Preto. Ocupou, ainda, o cargo de Juiz Eleitoral da 18ª Zona Eleitoral de Belo Horizonte (MG) e de Juiz do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Minas Gerais. No ano de 1953, foi promovido a Desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Com a criação do TJDFT, facultou-se aos magistrados dos demais Tribunais de Justiça da federação a possibilidade de solicitarem transferência para Brasília. Com isso, o Desembargador Márcio Ribeiro foi um dos que optaram por exercer suas atividades judicantes no Distrito Federal, e, em 5/9/1960, foi empossado Desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, no qual ocupou a Presidência de 21/4/1964 a 23/6/1965.

Deixou a Presidência do TJDFT para assumir o cargo de Ministro do Tribunal Federal de Recursos (atual STJ), onde já havia, por 21 vezes, sido substituto de Ministro. Neste Tribunal, exerceu a Vice-Presidência no biênio 1971/1973, a Presidência no biênio 1973/1975, e a Corregedoria-Geral da Justiça Federal no biênio 1979/1980. Além disso, dentre outros cargos, foi membro efetivo do TSE nos biênio 1971/1973 e 1973/1975.

Aposentou-se no cargo de Ministro do TRF em 26/1/1980. Faleceu em 20/11/1995.

TJDFT adere ao Projeto VIIBRA

No dia 28/1/2013, no Senado Federal, o TJDFT e diversos órgãos dos Três Poderes aderiram ao Protocolo de Intenções que estabelece o Projeto Visitação Institucional Integrada em Brasília – ViiBra. O Protocolo objetiva estabelecer condições de cooperação entre os partícipes, visando promover programas de visitas por meio da integração para melhor atender aos visitantes nacionais e estrangeiros, buscando a excelência de serviços. Acompanhe no Informativo Histórico *Monumentum* novas informações sobre o Viibra.

ViiBra
Visitação Institucional Integrada em Brasília